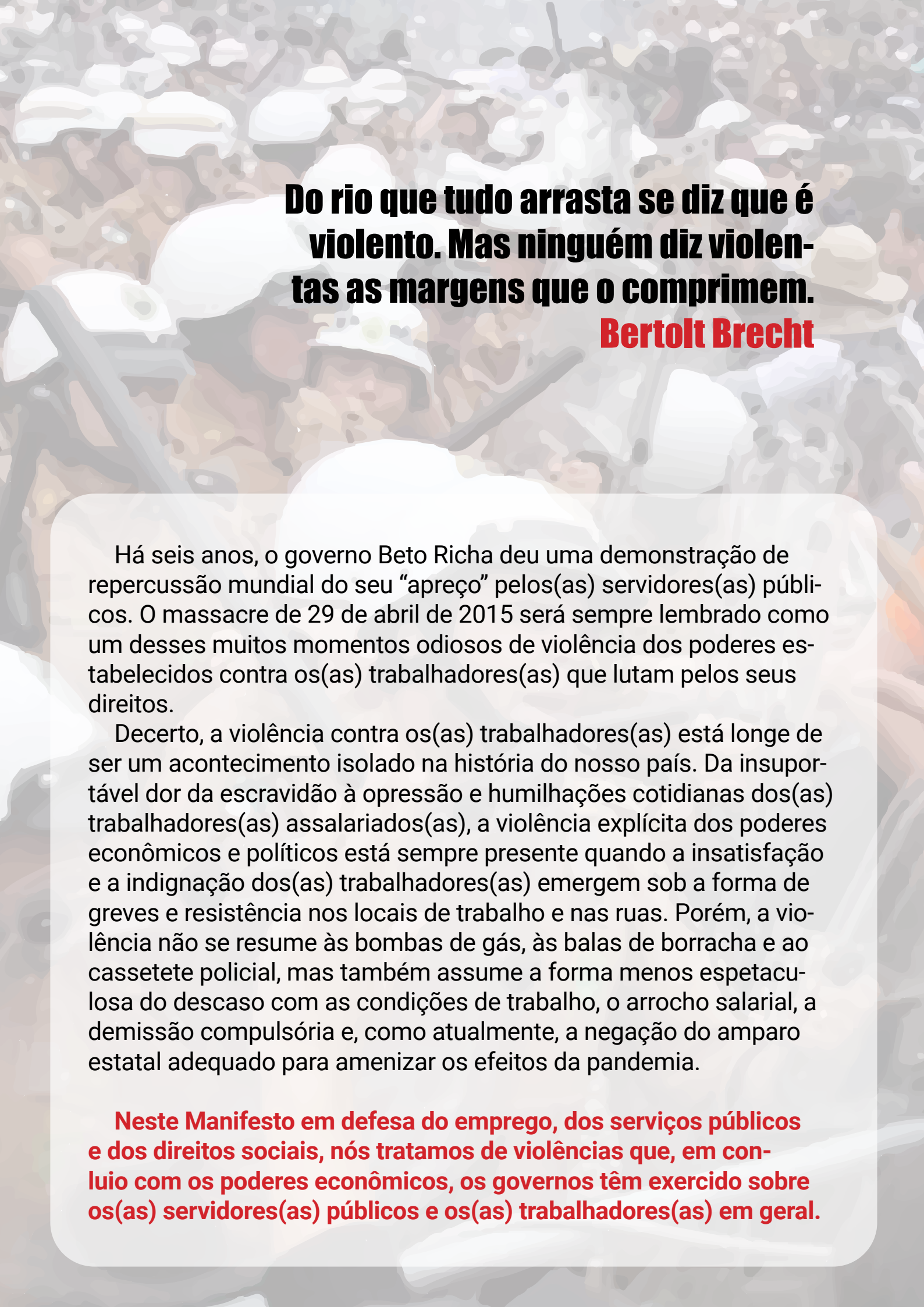




fes
Fórum das Entidades
Sindicais do Paraná

MANIFESTO

**EM DEFESA DO EMPREGO,
DOS SERVIÇOS PÚBLICOS
E DOS DIREITOS SOCIAIS**



Do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.

Bertolt Brecht

Há seis anos, o governo Beto Richa deu uma demonstração de repercussão mundial do seu “apreço” pelos(as) servidores(as) públicos. O massacre de 29 de abril de 2015 será sempre lembrado como um desses muitos momentos odiosos de violência dos poderes estabelecidos contra os(as) trabalhadores(as) que lutam pelos seus direitos.

Decerto, a violência contra os(as) trabalhadores(as) está longe de ser um acontecimento isolado na história do nosso país. Da insuportável dor da escravidão à opressão e humilhações cotidianas dos(as) trabalhadores(as) assalariados(as), a violência explícita dos poderes econômicos e políticos está sempre presente quando a insatisfação e a indignação dos(as) trabalhadores(as) emergem sob a forma de greves e resistência nos locais de trabalho e nas ruas. Porém, a violência não se resume às bombas de gás, às balas de borracha e ao cassetete policial, mas também assume a forma menos espetacular do descaso com as condições de trabalho, o arrocho salarial, a demissão compulsória e, como atualmente, a negação do amparo estatal adequado para amenizar os efeitos da pandemia.

Neste Manifesto em defesa do emprego, dos serviços públicos e dos direitos sociais, nós tratamos de violências que, em conluio com os poderes econômicos, os governos têm exercido sobre os(as) servidores(as) públicos e os(as) trabalhadores(as) em geral.



A VIOLÊNCIA DA PANDEMIA E A PANDEMIA DA VIOLÊNCIA

Há pouco mais de um ano, a população mundial tem sofrido com a pandemia da Covid-19. Em alguns países, o alinhamento das esferas de governo em torno de políticas públicas coerentes com as medidas sanitárias prescritas por cientistas e médicos diminuíram o ritmo e a abrangência da contaminação (por exemplo, Vietnã, Austrália, Japão); em outros, a falta de alinhamento e a omissão governamental na orientação em torno daquelas medidas instalaram o caos sanitário, resultando em altos índices de contaminação e morte (Brasil, Estados Unidos, México, dentre outros). Igualmente, mesmo em meio a uma crise radicada nas estruturas do capitalismo, os países que melhor combateram a pandemia – e/ou, agora, avançam na vacinação – são aqueles que têm conseguido retomar de modo mais rápido as atividades econômicas.

Os casos mais bem-sucedidos de combate à pandemia demonstram que o estímulo à economia tem resultados melhores quando associado à proteção social eficiente e ao tratamento correto dos problemas de saúde da população. Infelizmente, o Brasil anda na contramão de ambas.

No Manifesto em Defesa da Vida, do SUS e dos Serviços Públicos, lançado pelo FES em março do ano passado, dizia-se que, a despeito das medidas sanitárias tomadas naquele momento, muitos empresários e seus representantes políticos pressionarão para que as atividades econômicas sejam retomadas mesmo que ao custo de milhares ou milhões de vidas. Por enquanto, essa pressão se manifesta apenas em seus representantes alinhados ao mais agressivo neoliberalismo, como Bolsonaro, Paulo Guedes e alguns segmentos do empresariado. Com a prolongação da quarentena, elas virão de todos os lados, de todos os setores. Por isso, estarmos atentos e ampliarmos a nossa organização é tão fundamental.



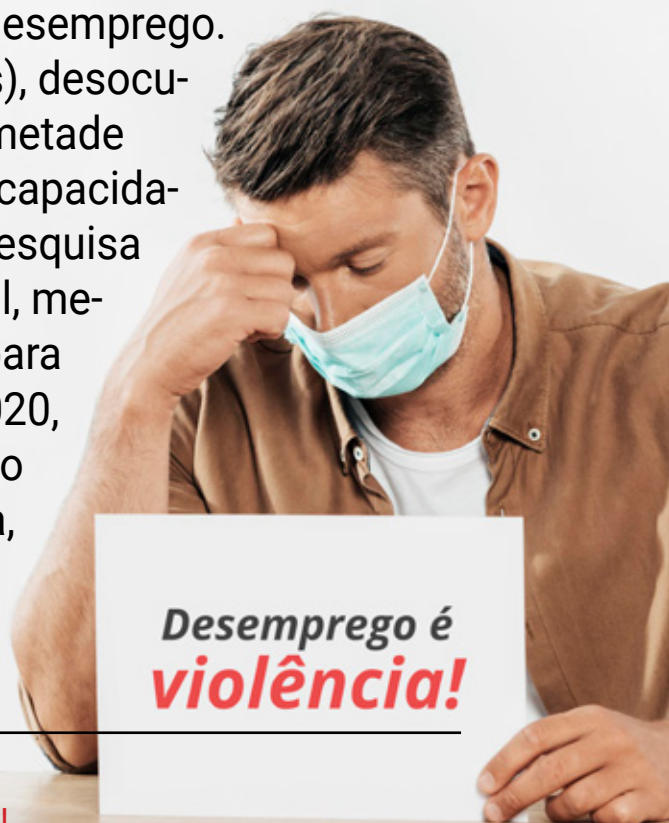
De lá para cá, o Brasil ganhou destaque no noticiário internacional não apenas pelo absoluto descaso com a destruição de suas florestas e cerrados, mas, principalmente, pelo negacionismo do presidente da república e a criminoso gestão da política de saúde. Em razão disso, o país tem um elevadíssimo número de contaminados e mortos pela Covid-19. De acordo com os números oficiais, são mais de 14 milhões de casos e quase 400 mil mortos. Sexto país em número de população, os dados da pandemia colocam o país num desonroso segundo lugar no número de casos e mortos pelo coronavírus.

Não bastasse isso, o descontrole da pandemia, a postura negacionista de Bolsonaro e o precário ou inexistente apoio dos governos (tanto federal quanto estaduais e municipais) têm intensificado o sofrimento de trabalhadores(as) e pequenos empresários(as), com centenas de milhares de mortes e milhões de desempregados(as) e desamparados(as) país afora.

DESEMPREGO

Uma das mais violentas manifestações da crise capitalista e do descaso dos governos é a escalada do desemprego.

Em nosso país, entre desempregados(as), desocupados(as) e subocupados(as), mais da metade dos(as) brasileiros(as) está tendo a sua capacidade de trabalho desperdiçada. Segundo pesquisa do IBGE, “pela primeira vez na série anual, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no país. Em 2020, o nível de ocupação foi de 49,4%”. Quanto aos trabalhadores com carteira assinada, “a média anual ficou em 30,6 milhões de pessoas /.../ Em 2014, chegou a 36,4 milhões” (G1, 26.02.21).



**O DESEMPREGO DESPERDIÇA VIDAS,
DESTROÇA FAMÍLIAS E CORRÓI A ESPERANÇA!**

CARESTIA

CARESTIA



Outro gravíssimo problema é a carestia, que afeta a todos(as) os(as) trabalhadores(as), mas com maior gravidade os(as) mais pobres, pois a sua renda é menor e o comprometimento com itens básicos de sobrevivência – como alimentação e contas de água e luz – é muito maior.

Em 2020, enquanto a inflação foi de 4,52%, os alimentos subiram 14,09%. No acumulado dos últimos cinco anos, o salário-mínimo foi reajustado em 25% (lembramos que o governo Temer acabou com a política de reajuste real do valor do salário-mínimo e, nisso, foi seguido pelo governo Bolsonaro). Os salários acima do mínimo mal conseguiram acompanhar a inflação, sofrendo redução real em importantes segmentos da classe trabalhadora. Enquanto isso, a batata subiu 397%, o tomate 344%, o arroz 199%, a energia elétrica 77% e a carne 72%.

Com salários declinantes e inflação em alta, as dificuldades de sobrevivência dos(as) trabalhadores(as) tornam-se cada vez maiores.

Carestia é violência!



FOME

A fome enverga o corpo, empobrece o espírito e brutaliza a vida.

Essa conjunção entre desemprego, trabalho informal e inflação explica o retorno da fome em nosso país. Depois de ter saído do Mapa da Fome em 2014, o Brasil retornou a ele em 2018. Isso demonstra que, ao contrário dos discursos governamentais, a pandemia não é a causa da fome no Brasil. Na verdade, junto com o desamparo dos governos – ausência de auxílios ou valores insuficientes para demandas básicas –, a pandemia agravou o problema.

Como resultado, em 2020, mais de 19 milhões de pessoas passaram fome no Brasil – e, mantidas as condições atuais, nada indica que a situação vai melhorar ou que não possa piorar.

FOME É VIOLÊNCIA!

PRECARIZAÇÃO

PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS E RETIRADA DE DIREITOS

Nos séculos 19 e 20, as lutas dos(as) trabalhadores(as) resultaram em importantes conquistas. Direitos trabalhistas, sociais e políticos se ampliaram. Junto com eles, serviços públicos e gratuitos de educação e saúde se ampliaram – em alguns países, se universalizaram – e, ao diminuir a dependência dos serviços mercantilizados, melhoraram a vida dos trabalhadores(as). Mais escolarizados(as) e com acesso a vacinas e ao sistema de saúde, a mortalidade infantil diminuiu e as pessoas passaram a viver mais. No entanto, essas conquistas estão sob risco de serem reduzidas ou eliminadas em muitos lugares do mundo.

No Brasil, temos visto ataques sistemáticos dos poderes econômicos, de governos e meios de comunicação aos servidores e às servidoras públicos e, por meio deles, aos serviços públicos. Por todo lado, a privatização é enganosamente apresentada como saída para a suposta precariedade desses serviços e o combate a “privilégios” dos(as) servidores(as) públicos. Com isso, omite-se que a tal precariedade é resultado da política deliberada de sucateamento efetuada pelos governos visando à privatização/mercantilização. No geral, os(as) servidores(as) públicos têm os poucos direitos dos(as) trabalhadores(as) formais: férias 1/3 de férias e 13º salário. E, embora tenha estabilidade – uma conquista de toda a sociedade para diminuir o apadrinhamento político, o nepotismo e o uso da máquina estatal conforme interesses pessoais –, os(as) servidores(as) públicos não têm FGTS.

No Paraná, em dois anos e meio de mandato, o governo de Ratinho Jr. tem imposto aos(às) servidores(as) um arrocho salarial tão violento que já é maior (12,6%) do que os 8 anos do mandato de Beto Richa/Cida Borghetti(11,5%). Isso nos faz lembrar que, como diz o ditado, “nada é tão ruim que não possa piorar!” Além disso, o governo de Ratinho Jr. tem violado o direito de progressão e promoção da lei de carreiras, eliminado vagas das carreiras públicas, impedido a realização de concursos para a substituição em todas as áreas da administração e efetuado demissões em várias categorias.

Sim, somos contra o trabalho sem direitos! A(o) professora ou a(o) zeladora(or) da escola do seu filho e da sua filha, a médica da UBS que você frequenta ou o(a) policial que faz ronda nas ruas do seu bairro não são privilegiados(as), mas trabalhadores(as) como você. Sem os serviços que eles e elas prestam a sua vida seria muito mais difícil. Por isso, não veja inimigos(as) onde não existem. Nas lutas contra os desmandos dos governos e seus aliados, a unidade de todos(as) os(as) trabalhadores(as) é fundamental!

O desmonte dos serviços públicos é violência!

Violentos são os governos e patrões que combatem o povo trabalhador e seus direitos, não os trabalhadores que luta pela vida, contra o desemprego, por salários melhores e direitos sociais.

O OUTRO LADO DA PANDEMIA: O ENRIQUECIMENTO DOS MAIS RICOS

Um dos mitos da pandemia é o que considera que a Covid-19 é “democrática”, afetando igualmente ricos e pobres, e que o seu principal efeito econômico – a crise – também afeta negativamente a renda de todos(as). **Nada mais equivocado.**

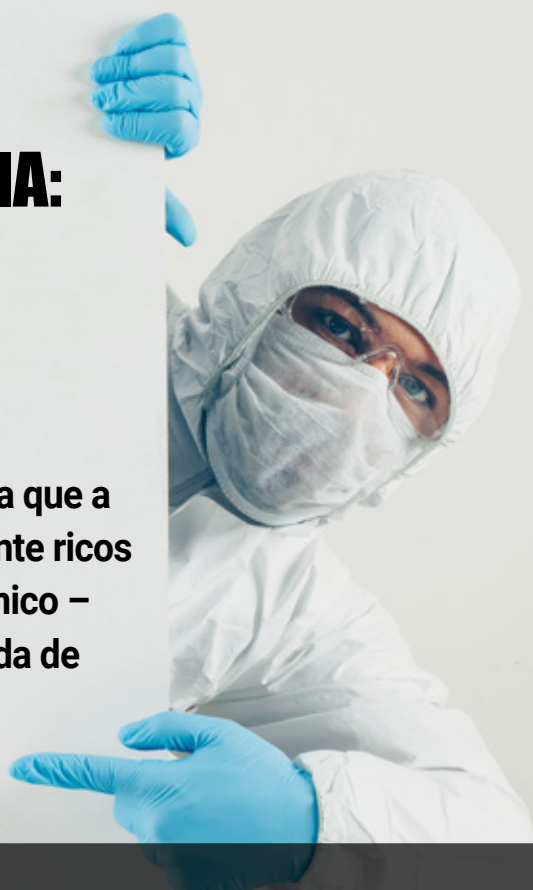
Dados recentes demonstram que, quanto mais pobres, mais as pessoas são acometidas pela doença e maior é o número de óbitos proporcionais. Morar na periferia, em casas menores e com acesso mais difícil aos serviços de saúde aumentam muito o risco de contaminação e morte pela Covid.

Um dos motivos da taxa maior de contaminação é a baixa mobilidade dos(as) trabalhadores(as) de menor remuneração – geralmente, empregados em atividades manuais: “28% dos membros da classe A/B (renda domiciliar superior a R\$ 8.303) puderam alterar o local de trabalho durante a pandemia. Na classe D/E (até R\$ 1.926), apenas cerca de 7,5% tiveram essa opção. Na classe C (onde está mais da metade da população – renda entre R\$ 1.926 e R\$ 8.303), somente 10,3% fizeram isso” (Folhapress, 21.04.21).

Segundo pesquisa recente, “as áreas com maior percentual de moradias precárias tiveram 53% mais óbitos. Em casas com mais de três pessoas por cômodo, a taxa de mortalidade foi mais que o dobro na comparação com domicílios menos densos” (CANZIAN, FSP, 20.04.21). E essa desigualdade de renda e localização da moradia ainda é atravessada pelas desigualdades étnico-raciais. No município de São Paulo, em relação aos(às) brancos(as), o risco relativo de morte dos(as) negros(as) é 77% maior; dos(as) pardos(as), 42% (BARROS, 2021). De acordo com a Oxfam, “se as taxas de mortalidade da doença nos dois grupos fossem as mesmas até junho de 2020, a entidade estima que mais de 9.200 afrodescendentes estivessem vivos” (BOEHM, Agência Brasil, 25.01.21).

Portanto, pobreza, racismo e moradia precária aumentam a contaminação e as mortes pela Covid.

DESIGUALDADE SOCIAL É VIOLÊNCIA!



NA CRISE, OS POBRES E A CLASSE MÉDIA EMPOBRECEM, **MAS OS RICOS ENRIQUECEM**

A pandemia da Covid-19 piorou um problema que, no mundo, tem se agravado desde os anos 1990 e, no Brasil, país que tem um histórico negativamente exemplar, desde 2014 – estamos falando da desigualdade social.

Reportagem recente sobre o relatório O vírus da desigualdade, da Oxfam, salientou que, “enquanto as mil pessoas mais ricas do mundo recuperaram as perdas econômicas durante a pandemia em apenas nove meses, os mais pobres vão levar pelo menos 14 anos para conseguir repô-las” (G1, 25.01.21). Ao mesmo tempo, “enquanto uma em cada dez pessoas vai para a cama com fome, as oito maiores empresas de alimentos e bebidas do mundo pagaram mais de US\$ 18 bilhões a seus acionistas entre janeiro e julho de 2020. Isso é cinco vezes mais do que os valores arrecadados pela ONU, em novembro de 2020, com a chamada para doações para a covid-19”.

No Brasil, a situação não é diferente. Mais de 4 milhões de brasileiros(as) perderam os seus empregos durante a pandemia, os salários caíram, micro e pequenos empresários(as) tiveram negócios falidos ou a renda diminuída. Do outro lado, até julho de 2020, “o patrimônio dos 42 bilionários do Brasil passou de US\$ 123,1 bilhões (cerca de R\$ 629 bilhões) para US\$ 157,1 bilhões (cerca de R\$ 839,4 bilhões)” (G1, 27.07.21).



Em 2021, a pandemia está ainda mais grave do que em 2020. No Brasil, em quatro meses, morreram quase tantas pessoas quanto todo o ano de 2020 (o primeiro óbito ocorreu em 12 de março). A economia continua em recessão e o desemprego em alta. Porém, na contramão da necessidade dos trabalhadores, o auxílio emergencial sofreu drástica redução. “No ano passado, o benefício foi pago entre abril e dezembro (R\$ 600 ao mês inicialmente, e depois R\$ 300, a 66 milhões de pessoas), com R\$ 293 bilhões empregados. A nova rodada (de R\$ 250, em média, a 45,6 milhões) está prevista para durar apenas quatro meses e somar R\$ 44 bilhões –15% do total de 2020” (CANZIAN, FSP, 20.04.21).

No Paraná, sob a alegação da necessidade de manter o equilíbrio financeiro do estado, Ratinho Jr. anunciou, em abril deste ano, um “auxílio emergencial mensal de R\$ 250 a microempreendedores individuais (MEI) e micro e pequenas empresas de setores como comércio de vestuário, bares e transporte de passageiros” (BRODBECK, G1, 06.04.21). No total, serão destinados R\$ 59,6 milhões de reais a esses setores. Mas, ao mesmo tempo, o governo manteve a política de renúncias fiscais – que basicamente favorece as grandes empresas e os muito ricos –, por meio da qual, neste ano, o estado vai deixar de arrecadar quase 12 bilhões de reais. Ou seja, a renúncia é 200 vezes maior do que o montante total do auxílio.

Portanto, a injustiça é uma marca saliente dos governos Bolsonaro e Ratinho Jr.

INJUSTIÇA É VIOLÊNCIA!



O QUE O FES PROPÕE



PARA O GOVERNO ESTADUAL

- Reposição salarial das perdas acumuladas desde janeiro de 2016;
- Fim do congelamento das progressões e promoções e ats;
- Vacina para todos e todas;
- Direito à negociação coletiva;
- Fim das práticas antissindicais e do assédio nos locais de trabalho;
- Revogação dos projetos de lei aprovados durante a pandemia que retiraram direitos dos(as) servidores(as);
- Concursos públicos;
- Atendimento à saúde de qualidade;
- Perícia humanizada;
- Retorno da cobrança previdenciária dos(as) aposentados(as) pelo teto do inss;
- Fim das isenções fiscais.



PARA O GOVERNO FEDERAL

- Garantia de estabilidade no emprego para todos(a) os(as) trabalhadores(as);
- A não redução de salários e direitos dos(as) trabalhadores(as);
- Amplo pacote de medidas para o estancamento e a redução do desemprego;
- Fim da carestia e reposição salarial dos índices de inflação para impedir a desvalorização dos salários;
- Instituição de renda básica e isenção do pagamento de água, luz, aluguel e das prestações imobiliárias para todos(as)s o(a) desempregados(as), autônomos(as), microempreendedores(as) individuais e a todas as famílias cadastradas nos programas de assistência social;
- Eliminação de todos os subsídios e isenções fiscais, excetuando aquelas isenções que incidem sobre os produtos da cesta básica;
- Criação do imposto sobre dividendos e grandes fortunas;
- Coordenação de um esforço nacional com governos estaduais e municipais em prol da observância das medidas sanitárias (orientação e propaganda massiva);
- Intensificação dos esforços para vacinação de toda a população.

FES – Fórum das Entidades Sindicais
Curitiba, 29 de abril de 2021.

